





Editorial	
É preciso reagir	3
Capa	
Gestão mais próxima de juízes e servidores	4
Proximidade e apoio a atividade judicial são marcas do biênio 2014/2015	
Acontece	
Como os dois países tratam seus presos	10
Judiciário paulista participa de intercâmbio entre EUA e Brasil	
Seleção rigorosa para a Corte paulista	14
185° Concurso de Ingresso na Magistratura aprova 81 juízes	
Como funciona	
O primeiro degrau da carreira de juiz	16
Preparo e relatos de magistrados sobre suas primeiras experiências	
Boas práticas	
Perigos da superexposição	21
Riscos da exposição de dados na Internet	
Memória	
Homenagem póstuma a André Ribas	23
Leitura jurídica	24
Bem-estar	25
Cultura	
TJSP ilumina o passado da Justiça	26
Resgate da memória para seguir como guia para o presente	
Patronos	29
Imagens	30



É preciso reagir

respeito da policrise da República brasileira muito se tem escrito, lido e comentado. Um dos raros consensos nacionais é o de que a situação atingiu gravidade singularíssima. precedentes Sem no passado recente. O panorama é sombrio e a ausência de perspectivas perplexa contamina Nação, diante dos desmandos e da falta de horizonte. O que está reservado ao brasileiro no futuro próximo?

Os reflexos da tibieza na economia, da queda de arrecadação, do desemprego e da estagnação a evidenciar recessão ainda não chegaram ao Judiciário. Mas chegarão. Talvez não já, mas prevê-se a intensificação das demandas geradas por fratura das relações familiares, com nefasta sequela decorrente do desfazimento de lares. O desemprego produz separações, entrega ao vício do álcool, consumo de substâncias psicoativas, desentendimentos e outras misérias do convívio humano.

A inadimplência representa compromissos rompidos e a tentativa de seu cumprimento por ordem judicial. Ações de cobrança, falências, despejos, reintegrações, tudo pode se intensificar após um período relativamente prolongado de economia anêmica.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) é o maior da Federação e do planeta. Responsável por um quarto de todos os processos em curso por esta República, seguramente sentirá os efeitos retardados do desastre nacional.

Como reagir ao vendaval?

mais audacioso projeto implementado em 2015 foi a Digitalização 100%. Até o fim deste ano, todas as unidades judiciárias paulistas estarão prontas a receber peticionamento eletrônico e a adotar o processo sem papel. Mudança drástica, porque uma comunidade formada sob a cultura analógica teve de se adaptar à concepção virtual, e isso representa mutação traumática.

Mais de 40 mil funcionários são capacitados para assumir desafios da Justiça informatizada. Assim que treinados, quase todos percebem as

vantagens dessa tramitação, que evitará deslocamentos físicos de volumes densos, recheados de documentos que não farão falta à solução de problemas postos à apreciação de um juiz.

Talvez se consiga, como subproduto considerável, a desejável concisão das peças dos processos, hoje avolumadas pela facilidade com que se copiam doutrina, legislação e jurisprudência, tornando cada vez mais sofisticados e complexos os pleitos que poderiam ser solucionados de maneira mais objetiva, fossem sintetizados com sensatez.

O Cartório do Futuro já é uma experiência exitosa, pois elimina o patrimonialismo ainda reinante em grande parte do universo judicial, com a reserva de funcionários para atuar com um só chefe e para um só magistrado. A estratégia adotada no Fórum João Mendes evidencia as vantagens de uma verdadeira oficina de trabalho, em que se padronizam praxes e se organiza uma produção racional sob a orientação de um só juiz corregedor. Por rodízio, todos os demais nove juízes também exercerão tais atribuições. Mas, enquanto delas estiverem dispensados, poderão se dedicar intensamente à decisão, o que multiplica a produtividade da unidade.

O teletrabalho, antes chamado home office, também se mostrou viável. Tem-se de pensar que São Paulo é uma insensatez de 22 milhões de almas que se locomovem horas para chegar ao local de trabalho e devem fazer o caminho de volta ao fim da jornada. Permitir que o funcionário atue em casa – ou em qualquer outro lugar -, sem a necessidade de se dirigir ao posto funcional, desnecessária ritualização de roupas adequadas, com evidente economia de tempo, mostrou-se muito satisfatório. Quem almejou uma produtividade de 30% se surpreendeu com o índice de 66% e até mais. Prova de que a confiança e a responsabilidade ainda constituem molas propulsoras do convívio no ambiente de trabalho e de que nem sempre aquilo que se fazia como algo imutável é imune a modificações ousadas.

O funcionalismo, o maior patrimônio do equipamento estatal chamado Justiça, foi chamado a colaborar e respondeu.

Deu o seu voto de confiança a uma gestão que não mentiu, não prometeu benefícios inviáveis numa fase de contenção, mas procurou provê-lo de esperança e ofereceu um clima saudável de resgate da autoestima. Foi criada a Escola Judicial do Servidor, velha reinvindicação, que já está a funcionar. Solucionouse o problema dos agentes a prestar serviços como escreventes, evitando as inúmeras ações por desvio de função. Flexibilizou-se a implementação de benefícios já aprovados em legislação que precisa ser cumprida.

Incentivou-se a disseminação de boas práticas, implementou-se o Projeto Arte e Cultura no TJ, realizaram-se inúmeros concursos e a presidência esteve disponível a qualquer tempo a um diálogo frutífero e imprescindível.

prejuízo, Sem estimulou-se participação sociedade da rediscussão do projeto de Justiça para o futuro, formado o Conselho Consultivo Interinstitucional, e prosseguiu-se na divulgação e conscientização de que negociar, conciliar, mediar e qualquer outra fórmula viável de composição consensual de controvérsias é melhor do que se submeter à álea de um sistema de Justiça complexo, sofisticado, de quatro instâncias e mais de 50 recursos.

O que falar, então, da audiência de custódia, que funciona graças ao esforço de muita gente, inclusive do setor extrajudicial, que nada tem que ver com a tutela da liberdade e colabora, espontaneamente, para uma iniciativa que deu certo?

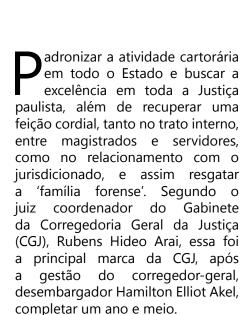
A Justiça de São Paulo, a despeito das adversidades, procura cumprir o seu papel de tornar a vida mais fácil, de desatar nós e de solucionar controvérsias. E aguarda melhores dias para intensificar a implementação de novas ousadias, pois parar e não inovar é o mesmo que perecer.

JOSÉ RENATO NALINI Presidente do TJSP





Gestão mais próxima de juízes e servidores



Akel esteve presente em todas as correições e conversou com magistrados e servidores, a fim de conhecer tanto as boas práticas quanto as dificuldades enfrentadas nas comarcas. A forma de atuação da equipe de juízes assessores nas correições também mudou. Houve otimização e racionalização do trabalho. Investiu-se em cartilhas de orientação, que abordam os mais variados assuntos, desde procedimentos de execução criminal, manuseio de armas objetos apreendidos, como andamento conduzir 0 de processos de execução fiscal, o gerenciamento cartorário etc. "A CGJ trabalha, especialmente, para auxiliar, orientar e padronizar as unidades que passam por dificuldades", diz Hideo Arai.

Nessa gestão, foi implantada a Unidade Remota de Processamento, que atua no saneamento do acúmulo de processos em unidades que passam por dificuldades. É um trabalho inovador, pois apenas um funcionário vai até a unidade para prestar as orientações que se fizerem necessárias, enquanto o restante da equipe permanece na CGJ, trabalhando com os processos digitais à distância.

Para Hideo Arai, é uma honra trabalhar com o corregedor Akel, bem como com a equipe de juízes e servidores da Corregedoria. "Temos magistrados especializados em cada uma das áreas e servidores extremamente competentes."

Muitas ações se destacaram na gestão. As atualizações das Normas de Serviço da CGJ e elaboração de comunicados para acompanhar a informatização do Tribunal foram algumas. "Além da parte técnica, de responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), existe uma parte de procedimentos, em relação ao processo digital, que passa pela regulação e orientação da CGJ", afirma o juiz assessor Ricardo Tseng Kuei Hsu.

A área da Infância e Juventude recebeu atenção especial. Foi criado



o Fórum Contínuo de Formação de Rede – Focar, por meio de encontros realizados, durante as correições, entre a rede de serviços socioassistenciais do Estado e Judiciário. Houve a Poder do normatização depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais. A Justica Restaurativa também foi normatizada e instalada para atender a área da Infância e Juventude.

Houve a consolidação das Normas de Serviço da CGJ a respeito de são medidas internações, que estabelecidas socioeducativas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em relação aos atos infracionais, e sobre adoção apadrinhamento socioafetivo (situação em que a criança ou adolescente passa finais de semana ou férias na casa da pessoa/casal normalmente, para jovens que estão fora do espectro adotivo), e financeiro (patrocínio de cursos etc). Foi criado o site www.adotar. tjsp.jus.br, com uma linguagem que foge ao "juridiquês", tornando-o mais acessível à população, e administrado pela Coordenadoria da Infância e Juventude.

Grupos de trabalho foram criados para abordar quatro temas da área: adoção, infracão, violência doméstica e família. Cada





grupo promoveu discussões entre os técnicos (psicólogos e assistentes sociais) sobre um dos temas e, ao final, produziram documentos ajustando quais as diretrizes para as políticas públicas desenvolvidas pelo corpo técnico do Estado de São Paulo.

Outra área que mereceu especial atenção foi a de execuções criminais. Um terço da população carcerária do país está no Estado de São Paulo. E não se trata apenas dos apenados encarcerados, mas também aqueles que estão sob o regime semiaberto, aberto e livramento condicional, pois todos são conduzidos por um processo de execução criminal.

O corregedor se dedicou à implantação das unidades Departamento Estadual de Execução Criminal (Deecrim), com colaboração da Presidência do TJSP. Foi criada uma unidade para cada Região Administrativa Judiciária (RAJ). Funcionando somente em ambiente digital, cada unidade possui um juiz coordenador e juízes adjuntos, com jurisdição sobre todas as comarcas abrangidas pela respectiva RAJ. Já foram instalados oito. As instalaçãoões das unidades de São José do Rio Preto e Santos deverão ocorrer até o final da gestão.

A implementação das Audiências de Custódia, no Fórum Criminal da Barra Funda, também foi um sucesso, segundo a juíza assessora Márcia Helena Bosch. "Elas são a confirmação de um direito fundamental do cidadão brasileiro. É a garantia da presença de um juiz no início do inquérito policial", diz. Em breve, haverá audiências de custódia aos finais de semana, assim como deverão abranger também as prisões relativas às varas do júri e de violência doméstica. Em seguida, deverão ser implantadas no Interior do Estado.

A citação por videoconferência para indivíduos encarcerados, cujo projeto piloto ocorre no Fórum Criminal da Barra Funda, deverá se estender a todo o Estado. Os oficiais de Justiça citam os réus e transmitem todos os documentos da denúncia em salas próprias, munidas com o equipamento necessário, nas unidades prisionais e nos fóruns.

Na área extrajudicial, por meio de projeto em parceria com a Escola Paulista da Magistratura (EPM), foi promovido curso voltado a juízes iniciantes para fornecer material de auxílio sobre a matéria notarial/ registral, assunto não abordado pelos cursos de Direito.

Foi criado o Banco de Interinos. Pessoas interessadas em ocuparem a titularidade de cartórios, vagos pela aposentadoria do titular ou pela perda da delegação, cadastramse nesse banco. Isso porque o TJSP precisa designar titulares interinos até que as vagas sejam preenchidas mediante novo concurso público. Quando surge a necessidade, o juiz corregedor da região avalia os candidatos do banco e faz indicação para o corregedorgeral. Os candidatos precisam ser funcionários de cartório.

Houve a regulamentação dos arquivos de segurança dos cartórios extrajudiciais, com regramento de requisitos técnicos, tornandose obrigatório aos notários e registradores fazerem cópias de segurança, no cartório e fora dele.

Recentemente, em agosto, foi firmado Termo de Cooperação Regularização objetivando а Fundiária Rural. Será formado grupo especializado, integrado pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Arisp) e Corregedoria, que apresentará sugestões para modificações nas Normas de Serviço da CGJ.

Também em agosto, formou-se comissão para adaptar as Normas de Serviço da CGJ ao novo Código de Processo Civil.

Ainda na área extrajudicial, o Manual da Regularização Fundiária (confeccionado pela Secretaria





Estadual da Habitação) foi feito com base nas Normas de Serviço e anuência da CGJ e nos julgados do Conselho Superior da Magistratura. Ele é direcionado a notários, registradores e prefeitos paulistas.

0 juiz assessor Gustavo Marzagão Henrique **Bretas** lembra uma decisão do corregedor Akel que foi destaque na área registral: por meio de inseminação artificial, uma das mulheres de um casal homossexual feminino um bebê e solicitou autorização para que a segunda mãe, que não gestou a criança, fosse reconhecida no registro de nascimento. Akel autorizou registro, sem necessidade de processo judicial.

Grande foi o volume de projetos

e atividades desenvolvidas nessa gestão, sendo impossível mencionar todos em apenas uma matéria. Mas, vale a pena destacar ainda uma importante decisão do corregedor: o ressarcimento dos oficiais de Justiça sobre os mandados pagos, que foi desvinculado do aumento do preço da gasolina e vinculado à Ufesp, antiga solicitação dos oficiais.

Texto: Dicler Antonio / Fotos: Antonio Carreta, Ricardo Lou e Gedeão Dias

Equipe de servidores

























No início de setembro, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Hamilton Elliot Akel, concedeu entrevista à revista **Justiça SP.** A poucos meses da aposentadoria, fez um balanço de sua gestão, lembrou as diversas fases da carreira e se revelou otimista sobre o futuro do Judiciário. A seguir, o que falou Akel.

Marca da gestão

"Alterar a visão que se tinha da Corregedoria, foi a marca de minha gestão, pois consegui que fosse vista não como um órgão sensor ou inquisidor, mas 8 | Justica SP como um instrumento de apoio à atividade jurisdicional. Agora, as visitas correcionais não são mais precedidas de medo e receio. Já recebi, inclusive, pedidos de magistrados para realização de visita correcional em suas

comarcas, pois sabem que a equipe da Corregedoria levará novas ideias e proporá novas estratégias. É claro que ela continua a ser o órgão encarregado de propor reprimendas, nas hipóteses de desvios de conduta, embora,



ressalto, não seja mais essa a função principal da Corregedoria.

Até o final do mandato, visitarei todas as Circunscrições Judiciárias. Faço questão de estar presente visitas correcionais, acompanhado da equipe de juízes assessores, que é extremamente eficiente e devotada. Após um ano e nove meses de gestão, verifiquei in loco as dificuldades enfrentadas pelos juízes em cada região do Estado. Encontrei realidades diferentes, mas um ponto em comum: a excelência da nossa Magistratura. Temos quadros excepcionais. São jovens magistrados capacitados, entusiasmados e comprometidos Judiciário. Isso 0 deu muita alegria."

Atuação da Corregedoria

"Dediquei atenção especial a dois temas, em minha gestão: infância e juventude e execução criminal. Nestas áreas, temos dois grandes projetos em andamento. O primeiro é o Fórum Permanente de Formação de Rede (Focar), realizado em conjunto com a Coordenadoria da Infância e Juventude. Durante as visitas correcionais, realizamos paralelamente um fórum discussão com representantes da rede de amparo à infância e juventude local, para troca de ideias, no intuito de promover sua otimização na região. O fórum ocorreu em 80% das correições.

Outra iniciativa é o Projeto Semear, na área de execução criminal, que já está em andamento alguns estabelecimentos prisionais. Seu principal objetivo é ser um catalisador de forças para atrair instituições e ONGs e abrir caminho para que a sociedade civil tome consciência do seu dever em participar do processo de reinserção social de sentenciados. No dia 21/9, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria firmaram Acordo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado e o Instituto

Ação pela Paz para implantação e operacionalização do 'Semear', o que irá ampliar ainda mais as oportunidades de ressocialização de sentenciados, com atividades educacionais e laborativas.

Destaco também a Audiência de Custódia (ou de Apresentação), que funciona plenamente aqui na Capital e, em breve, terá sua implantação iniciada no Interior. O projeto em São Paulo serviu de base para todos os Estados do Brasil. Recebi vários corregedores de outros tribunais que vieram agui para verificar como funcionam as audiências. Demos um grande exemplo e um passo gigantesco sentido da humanização da Justica Penal.

Logo no início da gestão, após implantação do processo digital, um grupo de servidores da Corregedoria iniciou atendimento à distância aos cartórios. Com apoio da Presidência, o projeto crescerá e passará a ser denominado 'Unidade Remota', atendendo todo o Estado.

Cabe ainda citar o projeto implantação de centro especializado de reabilitação do 'agressor da mulher'. Iniciativa pioneira em Sorocaba, ele tem como meta romper o ciclo de violência doméstica não apenas com a punição do autor do delito, mas também pelo trabalho de prevenção da reincidência por meio de atividades educativas e acompanhamento psicológico, levando em conta o histórico social de cada um."

Aposentadoria

"Ao olhar para trás, após completar 42 anos de Magistratura, digo que tudo foi muito compensador. Decidi ser juiz com quatorze anos de idade. Não sei explicar por que, pois não tenho familiares na área do Direito. Fiz o antigo 'curso clássico' e posteriormente conclui o curso de Direito no Largo São Francisco.

Fui juiz substituto em Bauru, titular em Guaíra e depois, juiz em uma vara cível no Fórum João Mendes Jr. por mais de uma década. Também, fui juiz do 1º Tribunal de Alçada Civil por quase doze anos, sou desembargador do TJSP desde 1999 e corregedor-geral desde o ano passado. Paralelamente, tive uma carreira universitária. Sou aposentado como professor.

Trabalhei sempre com muito entusiasmo e não acho que a jornada tenha sido difícil. Quando fazemos o que gostamos não sentimos cansaço. Ao me aposentar, do que sentirei mais saudade? Das pessoas. Não sentirei saudades de posições ou de coisas, mas sim do contato diário com os colegas e funcionários. Tenho funcionários que me acompanham há mais de vinte anos.

Ainda não decidi o que vou fazer após me aposentar. Talvez, trabalhe em alguma coisa ligada ao terceiro setor."

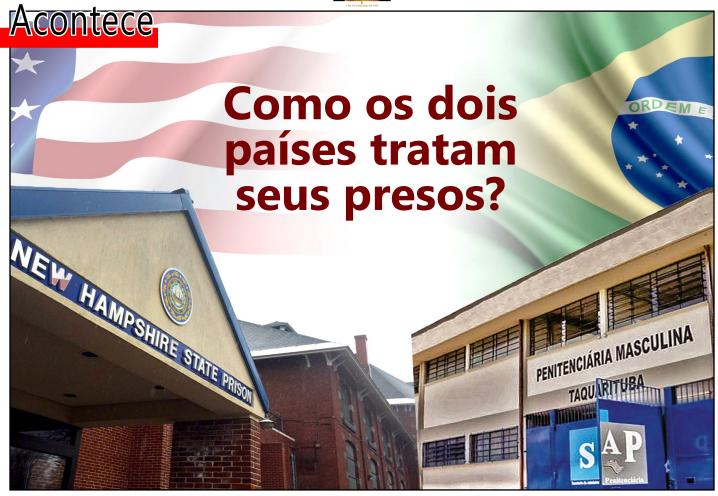
Futuro do Judiciário

"Continuo tendo otimismo em tudo e acredito que o otimista não é alguém que se afasta da realidade. Apesar de vivermos um período de crise, tenho muita esperança na geração mais nova de operadores do Direito.

Minha pregação diuturna é no sentido de ressaltar sempre o valor da ética. Ética não é uma coisa para se falar sobre ela, mas sim para se viver em todos os momentos e de todas as formas. Acredito que, hoje, o Judiciário é o reduto da decência e da ética, em nosso país. No momento em que a ideia de autoridade se vê esgarcada e que há tanta descrença, o Judiciário ainda é um refúgio. Temos que aproveitar o momento confirmar esse fato e dar respostas adequadas para a sociedade, inclusive naquilo que se refere aos tribunais superiores."

Texto: Dicler Antonio Fotos: Antonio Carreta





Judiciário paulista participa de Intercâmbio entre EUA e Brasil para troca de experiências sobre o sistema penitenciário

ayme Garcia dos Santos Junior, juiz assessor da Corregedoria Geral da Justiça, e Carlos Darwin de Mattos, coordenador da 10ª Região Administrativa Judiciária de Sorocaba, participaram, em abril, em companhia de outros magistrados brasileiros, do Programa International Visitors Leadership Program (IVLP), desenvolvido pelo Departamento de Estado dos EUA.

O governo americano criou o programa IVLP há 75 anos com o intuito de promover intercâmbio com autoridades, profissionais e até estudantes oriundos de países que têm, ou não, relações diplomáticas com os EUA. Em cada intercâmbio, é escolhido um tema de interesse, dentre todas as áreas do conhecimento. No evento em que participaram os convidados do

Judiciário paulista, foram abordadas as alternativas ao encarceramento prisional, curiosamente, tema discutido pela primeira vez, desde que o programa foi criado.

"O interessante do projeto", diz o juiz Jayme Garcia, "é a possibilidade que temos de verificar in loco o que sabemos sobre a aplicação da justiça penal norte-americana. A problemática do encarceramento não atinge somente os brasileiros. Aqui temos excesso de presos para um número reduzido de unidades prisionais, mas, nem por isso deixamos de lado as alternativas necessárias à reinserção social dos aprisionados. Aqui e lá as políticas de segurança pública e penitenciária devem caminhar lado a lado à necessidade de recuperação dos encarcerados."

Traçando um paralelo Brasil e EUA, tanto lá como aqui, os programas de reinserção de presos na sociedade não são políticas públicas institucionais, mas programas isolados, criados por juízes e administradores locais. A taxa de superlotação de presídios é bem diferente nos dois países. Nos EUA, a taxa, quando existe, não excede 10%. Chega-se ao luxo de existirem unidades prisionais privadas vazias, aguardando demanda do Estado. No Brasil, a taxa chega a ultrapassar 70% em alguns Estados. Os EUA possui, atualmente, a maior população carcerária do mundo. Pelo fato de as penas indivíduos longas, OS permanecem dentro do sistema prisional por um período bem maior que na maioria dos outros países.



O Brasil ocupa o terceiro lugar, no cenário mundial. Porém, a população carcerária brasileira cresce a uma taxa acima de 6% anualmente e, se for mantida, será a maior do mundo no prazo de dez anos.

A seleção dos participantes do programa foi feita da seguinte cada consulado norteamericano visitou autoridades do Judiciário e do Ministério Público da região de sua atuação, aqui no Brasil, e propôs a formação de um grupo de pessoas para participarem do programa. Os órgãos indicaram participantes, possíveis passaram por processo de avaliação sobre a sua atuação profissional, especificamente em relação ao tema previamente escolhido. Currículos. documentos e relatórios foram encaminhados ao Departamento de Estado americano, em Washington, que selecionou cinco participantes.

A comitiva brasileira foi composta, além dos integrantes do TJSP, pelo juiz do Tribunal de Justiça do Maranhão, Douglas de Melo Martins, pelo promotor de Justiça da Bahia. Edmundo Reis Silva Filho e pelo defensor público federal de Pernambuco, Guilherme Ataíde Jordão de Vasconcelos.

"Inicialmente, o departamento de estado norte-americano perguntou qual era o nosso interesse no tema", explica Carlos Darwin. "Dissemos querer conhecer as unidades prisionais públicas e privadas e falar com autoridades locais a respeito de programas de reinserção social. Meridian International, ONG contratada pelo governo americano, foi responsável por estabelecer esses contatos. Montaram uma programação e escolheram as cidades a serem visitadas, em diferentes regiões."

Foram visitados quatro estados americanos e nove cidades, com realidades bastante distintas. Washington foi o primeiro destino. Em New Hampshire, encontraramse com deputados estaduais. No estado de Nevada, visitaram a escola judicial de formação de magistrados. Em Indianápolis, conheceram programas de atividades laborativas, desenvolvidas por apenadas, que beneficiam a sociedade local. Na

Flórida, visitaram um presídio de segurança máxima.

A programação diária incluiu visitas a unidades prisionais e posterior encontro com lideranças locais, para debater o que foi observado. Conversaram com magistrados, juristas, promotores, advogados, legisladores, e representantes de ONGs.

Visitaram presídios de mínima, média e máxima segurança. "Nos presídios de segurança mínima, a preocupação do governo é com a diminuição da reincidência, a profissionalização e a reinserção do detento na sociedade. preso. geralmente, recebe assistência psicológica e auxílio formação educacional. inclusive, programas de educação para a família do preso", afirma Carlos Darwin.

Uma atividade largamente utilizada nos presídios é a videoconferência. Obedecendo a horários e tempo pré-estabelecidos, os apenados mantêm contato com familiares, por intermédio do "Skype". Foi mostrado aos participantes o exemplo de um





preso que conversava com seu filho. "O filho não via o pai em uma cela, mas sim em uma sala, como se fosse um escritório", diz Carlos Darwin.

Em alguns locais, as famílias têm a opção de custear a utilização da tornozeleira eletrônica, para possibilitar a concessão do benefício ao apenado, o que reduz as despesas do Estado.

Após a experiência, Jayme Garcia afirma ter percebido que a sociedade civil organizada, nos Para Jayme Garcia, a preocupação maior dos americanos é "punir bem", no sentido de que a pena não seja simplesmente um castigo, mas que seja uma ferramenta de transformação da pessoa. "Descobrimos que a ideia que todos nós temos de que o sistema prisional americano é extremamente severo e que não se preocupa com o aspecto da recuperação social do preso não é verdadeira. Trata-se de um sistema rigoroso,

dizer nenhuma. Ele só atua se for demandado em processo de abuso ou falha no procedimento legal por parte da unidade prisional. Até nas questões de progressão de pena, quem delibera é o Executivo. Tudo fica a cargo do governo local ou federal, dependendo da espécie de unidade prisional. O juiz do processo intervém o mínimo possível. "Cheguei a conclusão que nesse aspecto estamos mais avançados, porque ainda reputo



EUA, já de algum tempo, tem efetivo interesse na gestão da execução penal, tanto na parte de gerenciamento e administração dos presídios para que os presos tenham condições dignas para cumprir a pena, quanto no aspecto de promover a boa reentrada do apenado na sociedade. "A sociedade civil participa ativamente dessa face da execução penal — a promoção da boa reentrada social — com efetivo estudo da realidade, formação de indicadores e sugestão de propostas efetivas ao Poder Executivo", disse.

mas não desumano, com algumas características que não concordo, mas, de maneira geral, percebi que eles se preocupam e investem muito na busca da boa reentrada social. Assim como no Brasil, principalmente aqui no estado de São Paulo, eles concluíram que não atingiremos o objetivo da boa reentrada social da pessoa presa se não contarmos com a participação efetiva da sociedade no processo."

A participação do Judiciário norteamericano na fase de execução da sentença é mínima, para não imprescindível a participação do Judiciário no processo de execução penal e entendo que o papel do juiz é fundamental para promover o diálogo entre a sociedade e o cárcere e fomentar a participação social na ressocialização da pessoa presa", afirma Jayme Garcia.

É de senso comum que as condições estruturais dos EUA são melhores que as brasileiras e permitem o desenvolvimento de muitos programas de reinserção. Mas, segundo Jayme Garcia, podemos chegar ao estágio em



que eles estão. "Afinal, conforme eles nos disseram, as coisas nem dessa maneira, sempre foram nos EUA", completa.

Dentre todos os programas vistos, Jayme Garcia ficou impressionado com um sobre treinamento de cães quia para cegos, realizado por sentenciados, e outro, que permite a permanência de filhos abaixo da idade escolar com as mães apenadas, durante todo o tempo do cumprimento da pena.

"Alguns programas que vimos nos EUA poderão ser implantados aqui, em curto espaço de tempo, como o programa de treinamento de cães, por exemplo. Há um projeto semelhante, de autoria do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Fernando Capez, que integra o

escopo do projeto Semear da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo (Sistema Estadual de Métodos para Execução Penal e Adaptação Social do Recuperando). Além disso, também pretendemos implementar, por meio do projeto Semear, e mediante o que vimos nos EUA, um pavilhão gerenciado, em sua maior parte, pelos presos, dentro de uma de nossas unidades penais, como uma forma de despertar neles responsabilidade e solidariedade", afirma Jayme Garcia.

Segundo os participantes, os norteamericanos também demonstraram muito interesse em saber sobre o sistema de execução penal brasileiro. Eles demonstraram conhecimento sobre nossos problemas e quiseram saber como são enfrentados, além

de questionarem muito sobre como é a atuação ativa do juiz no processo de execução de pena.

Carlos Darwin diz que os participantes pretendem divulgar tudo o que conheceram nos EUA, por meio de publicação de artigos, página do Departamento Estado norte-americano, de realização de seminários, workshops e encontros para propagação desse conhecimento.

"O contato com as autoridades americanas permanece. objetivo é tornar perene essa informações troca de aprimoramento dessa atividade, tanto no Brasil quanto nos EUA", afirma Jayme Garcia.

Texto: Dicler Antonio / Fotos: Antonio Carreta e comitiva brasileira



Comitiva brasileira em visita ao National Justice College - NJC (Colégio Nacional de Justiça), na cidade de Reno. Da direita para a esquerda: Jayme Garcia dos Santos Junior, Carlos Darwin de Mattos, Douglas De Melo Martins (juiz do TJMA), William J. Brunson (diretor de Projetos Especiais do NJC); Guilherme Ataide Jordao de Vasconcelos (defensor público Federal de Pernambuco) e Edmundo Reis Silva Filho (promotor de Justiça da Bahia)





185º Concurso de Ingresso na Magistratura aprova 81 novos juízes, com participação recorde de candidatos de outros estados

Tribunal de Justiça de São Paulo divulgou no dia 8/9 as notas das provas orais do 185º Concurso de Ingresso na Magistratura, em sessão pública realizada no auditório do edifício MMDC. O concurso teve 11.641 inscrições, dos quais 421 candidatos foram aprovados na prova objetiva e habilitados para a segunda fase, de provas escritas (discursiva e prática de sentença). A terceira etapa envolveu sindicância de vida pregressa e investigação social candidato, avaliação física, mental e psicológica. A quarta, das provas orais, foi concluída em 1º de setembro. No dia 18/9, o presidente da comissão do concurso, desembargador Ricardo Henry Marques Dip, recebeu a revista Justiça SP em seu gabinete e falou sobre a realização do concurso.

O 185º concurso de Ingresso na Magistratura ofereceu incialmente 215 vagas de juiz substituto e contou com 11.641 inscritos. A proporção entre candidatos homens e mulheres foi inédita e chamou também atenção o fato que 40% dos candidatos que prestaram exames orais vieram de fora do Estado de São Paulo. O que revelam estes dados?

Esses dados revelam o caráter isonômico, transparente e de abertura do Tribunal de Justiça de São Paulo para toda a nacionalidade. Não sabemos as motivações que nutrem esses candidatos originários de outros Estados. Suponho que, possivelmente, muitos venham pelo atrativo de atuar no TJSP, a maior Corte do país. Outros talvez por terem parentes aqui ou desejarem morar em São Paulo.

Dos 107 candidatos que passaram para a fase de provas orais, 81 conseguiram nota igual ou superior a seis e foram admitidos para a quinta e última etapa do concurso, que trata da avaliação de títulos para classificação final. Nessa última fase, não há eliminações, mas somente a definição da classificação final, correto?

Não há mais possibilidade de eliminação do candidato. Iremos realizar a contagem de títulos, de acordo com a normativa em vigor, para definir a classificação final dos aprovados.

Na proclamação do resultado das provas orais, o senhor declarou: "Estou muito satisfeito porque, desde a elaboração do edital, foi realizado um trabalho sério, com questões bem preparadas e inteligentes. Procurou-se fazer uma avaliação séria, à altura do Tribunal de Justiça paulista". Como é a mecânica de elaboração de um concurso para ingresso na Magistratura?

Em primeiro lugar, o Tribunal, por intermédio de seu presidente, sugere listas tríplices ao Órgão Especial para indicação do presidente e demais integrantes da comissão que se encarregará da elaboração do concurso. Depois de formada, ela se reúne para a elaboração do edital do concurso. Os editais precedentes costumam ser utilizados como



parâmetro. Destaco que, na parte relativa à organização e execução das etapas do 185° concurso que presidi, a Secretaria de Concurso de Ingresso na Magistratura (Sema 1.3.1), com o Senhor Marcello Cajado à frente, atuou com muita competência.

Após a publicação do edital e o término das inscrições, realizam-se as provas. Aqui em São Paulo, temos a tradição de que a própria comissão elabora o conteúdo das provas, em todas as fases.

A condução dos trabalhos foi tranquila ou houve percalços, como interposição de questionamentos?

Transcorreu tudo bem. Durante a prova oral, quando temos contato direto com os candidatos, afirmo que tiveram comportamento digno e educado, tanto os aprovados quanto os que não tiveram a mesma sorte. Foi uma das melhores experiências intelectuais e profissionais tive na vida. A comissão do concurso, formada pelos desembargadores Wanderley José Federighi, Artur César Beretta da Silveira, Alex Tadeu Monteiro Zilenovski e Luciana Almeida Prado Bresciani, e o advogado Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim, que representou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), demonstrou espírito de harmonia e colaboração efetiva para o bom êxito dos trabalhos. Já sinto saudade das reuniões para as provas orais, pois o relacionamento foi solidário e de espírito público acendrado.

Que avaliação faz do nível de preparo dos candidatos?

Não é fácil apurar a vocação judicial nesse momento, quando testamos apenas conhecimentos objetivos. Uma coisa é o candidato se mostrar preparado para iniciar uma carreira e outra coisa é o seu desempenho no exercício dessa carreira. É muito difícil fazer uma avaliação dos candidatos pelo tipo de prova que aplicamos. Iniciamos com quase 12 mil participantes, quando aplicamos uma prova de testes, em que se avalia, primordialmente, a memória. A partir da fase de provas discursivas, temos oportunidade de avaliar melhor o

preparo do candidato. Contudo, não tenho certeza se foi possível apurar toda a articulação dos candidatos, na prova oral. Arrisco dizer que houve uma boa seleção e que se formou um grupo de aprovados bastante preparado. Porém, tenho idade e tempo de Magistratura suficientes para saber que, muitas vezes, um candidato muito bem preparado não será necessariamente um bom iuiz, assim como um candidato com preparo mediano poderá emergir na carreira como um grande magistrado. Mas, de modo geral, fiquei com boa impressão. Os aprovados possuem os modais próprios do que se espera de um juiz e, na maior parte, com uma humildade que me deixou encantado.

Quero dizer, ainda, que encontrei preparo similar em muitos dos reprovados. Eles não tiveram desempenho suficiente na prova oral, no entendimento dos julgadores, o que não significa que, em um próximo concurso sejam aprovados e se tornem grandes juízes.

Ressalto a imensa competência dos examinadores desse concurso. Arguiram os candidatos de forma inteligente e séria e realizaram um trabalho dedicado.

Durante o concurso, o senhor presidiu a 1ª Câmara Extraordinária de Direito Público e participou da Turma Especial. É o coordenador do Projeto Agenda 150 anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante, além de empreender relevante

trabalho junto ao CNJ. Como foi conciliar tudo isto?

Mantive minha distribuição nos casos de prevenção da 11ª Câmara de Direito Público, continuei na condição de revisor do desembargador Aroldo Mendes Viotti e presidi, efetivamente, a 1ª Câmara Extraordinária. Fiz tudo isso por um motivo: acho que a busca do bem do Tribunal como um todo, que foi o que a comissão do concurso buscou, não pode fazer sofrer as suas outras partes.

A Agenda 150 anos de Memória Histórica do TJSP é um projeto ligado à emoção. Propus a ideia ao presidente Nalini e ele instalou o projeto com a condição de que eu fosse seu coordenador. Contudo, o mérito do projeto é do presidente Nalini, pois ele é quem o tem estimulado. Às vezes, sou chamado para discursar em homenagem a colegas com quem convivi e aprendi, ocasiões em que sempre me emociono. Por isso, não posso me afastar do projeto.

Em relação à Corregedoria Nacional de Justiça, é preciso esclarecer uma coisa. Não sou conselheiro do Conselho Nacional de Justica (CNJ). Também não sou assessor especial da ministra Nancy Andrighi. O que existe é que a ministra me pediu, quando necessário, cooperar com ela em consultas relacionadas a matérias do extrajudicial. Somente Não tenho nenhuma isso. convocação no CNJ. Vou lá quando ela me chama. Friso que auxiliar a ministra me honra imensamente.

Texto: Dicler Antonio Fotos: Antonio Carreta e Gedeão Dias



Como funciona

O primeiro degrau da carreira de juiz



Preparo e vocação

conquista do cargo público de juiz não é nada fácil. Além de uma sólida formação em Direito, de conhecimentos humanísticos e do exercício da atividade jurídica por três anos, exige-se do postulante uma personalidade bem alicerçada em bases morais e equilíbrio psíquico e emocional. Os 108 magistrados aprovados no concurso nº 184 de ingresso no TJSP resistiram na peneira de mais de 13 mil candidatos. O rigor empregado no certame e a qualificação contingente não permitiu a ocupação de 126 das 234 vagas disponíveis naquela ocasião.

Vocação, do latim vocatio,

significa "chamado". O termo, tradicionalmente vinculado ao meio religioso, também é apropriado para entender a profissão de juiz. O nexo com o sacerdócio não é fortuito. A juíza Carolina Nabarro Munhoz Rossi mencionou, em seu curso sobre a atividade judiciária para jornalistas, que os primeiros juízes, no nascedouro da vida civilizada, foram justamente os sacerdotes. A relação entre a arte de distribuir Justiça com os ofícios religiosos também é confirmada no Código de Ética da Magistratura Nacional. O apresentador da obra, ministro João Oreste Dalazen, lembra que o jurista italiano Piero Calamandrei

(1889-1956) "assinalou que os juízes devem agir como os sacerdotes de um credo, de modo a que os fiéis não percam a crença". O código afirma, no artigo primeiro, os princípios de conduta que norteiam o exercício Magistratura: independência, imparcialidade, conhecimento capacitação, cortesia, transparência, profissional, prudência, diligência, integridade profissional e pessoal, dignidade, honra e decoro. Além disso, o artigo 16 assevera que "o exercício da atividade jurisdicional impõe restrições e exigências pessoais distintas das acometidas aos cidadãos geral". Entre essas exigências está





a da dedicação integral à atividade judicante, realizada por muitos desses profissionais em um trabalho ininterrupto, não apenas no fórum, mas também no recesso do lar.

Mas, se o juiz é aquele que traça os balizamentos da Justiça e indica ao cidadão comum os rumos seguros da civilidade, a nova geração de juízes, teoricamente mais adequada aos novos tempos, busca promover maior aproximação e sinergia entre os operadores do Direito.

Para dar conta de sua missão com segurança, os juízes contam com garantias e prerrogativas da inamovibilidade, irredutibilidade de vencimentos e vitaliciedade, previstas no artigo 95 Constituição Federal. Há consenso de que não se trata de privilégios, mas de instrumentos que permitem ao magistrado julgar livremente, sem pressão ou coação e sem medo de represálias em função do teor de seu julgamento. De acordo com a garantia da vitaliciedade, adquirida após dois anos de exercício, o juiz só perde o cargo por proposta do Tribunal a que estiver vinculado, com voto de 2/3 dos membros efetivos ou por sentença judicial transitada em julgado. A inamovibilidade, que consiste no direito de permanência no cargo

para o qual o juiz foi nomeado, só cede diante do interesse público, mediante decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa, nos termos do artigo 93, inciso VIII da Constituição Federal.

Após a homologação do resultado do concurso de ingresso na Magistratura, abre-se aos aprovados a possibilidade de escolha de vagas disponíveis para as 51 Circunscrições Judiciárias, com seus fóruns, varas judiciais e ofícios de Justiça. Fabio Eduardo Basso, juiz assessor da Assessoria de Designação de Magistrados da







Presidência do TJSP, explica que essa escolha é determinada pela ordem de classificação no concurso, sem interferência da Presidência, dentro da necessidade e número de cargos disponibilizados.

Nesse estágio inicial da carreira, a progressão não é uniforme para todos os juízes. Há uma segunda escolha, facultada ao juiz iniciante, que é o tempo de progressão na carreira durante o período conquista da vitaliciedade. Fabio Basso diz que cabe ao juiz substituto a escolha entre cumprir estágio da vitaliciedade de dois anos nessa condição, com possibilidade de conhecer variadas competências as conquista da titularidade na primeira oportunidade. "Há juízes

substitutos que, antes mesmo do ingresso ou nos primeiros dias, já programam a carreira com maior velocidade. Estes fazem logo a opção de se promoverem e se tornarem juízes titulares, mesmo porque não há restrição alguma", revela. Entretanto, o juiz assessor esclarece que o juiz substituto pode ser removido para outra circunscrição, de acordo com a necessidade da administração judiciária.

O curso da Escola Paulista da Magistratura tem duração de 480 horas, conforme resoluções da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Na Escola, os juízes recebem preleções sobre regras de conduta, aprendem técnicas para a redação de sentenças e para o

manejo do Sistema de Automação Judiciária e, principalmente, recebem dos juízes veteranos os ensinamentos práticos da aplicação dos diversos ramos do Direito no cotidiano da prestação jurisdicional.

"De uma maneira geral, a Escola tem dedicado bastante atenção e colaborado muito com esse juiz recém-ingresso com a troca de experiência. O magistrado, às vezes, logo na primeira semana de trabalho, já se depara com um problema que previamente alertaram na Escola ou na experiência trocada, como também incorpora, carreira, várias ao longo da experiências", afirma o juiz Hamid Charaf Bdine Júnior, integrante da coordenação do curso.

Texto e fotos: Erorci Santana





Magistrados falam sobre o ingresso na carreira e relatam as primeiras experiências com os jurisdicionados

No início deste ano, ainda imersos nas atividades curriculares do curso de formação inicial da EPM, realizado no período de outubro de 2014 a março de 2015, mas já iniciados no efetivo exercício jurisdicional, uma parcela expressiva dos juízes paulistas do 184º concurso de ingresso relataram suas impressões do encontro entre a teoria e a prática judiciária.

Importância da sinergia no trabalho cooperativo

"Durante uma viagem de avião costumo passar o tempo pensando na vida. É bom. Sou alto, não consigo dormir entre as pequenas cadeiras da classe econômica.

Lembro-me de uma das primeiras viagens. Percebi que estava a dez quilômetros de altura quando me lembrei do piloto. Nossa! – pensei – Espero que ele saiba o que está fazendo. Mas, além dele, percebi que existia uma grande equipe, o copiloto, os comissários etc.

Na imensidão do céu, lá em cima, éramos só nós. Mas lembrei também de toda tecnologia, de todo monitoramento feito em terra por pessoas desconhecidas. Foi bom perceber, facilmente, como uma estrutura grande, com pessoas sérias e preparadas, tornava aquele voo possível. O piloto, com toda a sua importância, não seria o protagonista sem a imensa estrutura que o cercava.

Assim foi o meu primeiro dia como juiz, na cidade de Itaí.

Senti-me importante, sim, e por isso imediatamente veio a preocupação em fazer o melhor, transformar o meu preparo, o meu comprometimento, em Justiça. Mas foi surpreendente perceber que ao meu redor havia uma imensa estrutura.

Primeiro, tecnologia, toda а sistemas de TI, que melhoram a jurisdicional. prestação Depois – e mais importante –, aquela imensidão de pessoas, (se não a maioria), que passam despercebidas pelos jurisdicionados. Recebi apoio de muitos setores Tribunal de Justiça para viabilizar toda a estrutura. Mas, naturalmente, o que mais me marcou, pela proximidade, foi a equipe de bordo. Funcionários preparados e comprometidos, de alta qualidade, ajudavam-me em cada passo. Cada decisão minha tinha o apoio de uma equipe atenciosa. Muito gratificante.

Registro e reconheço aqui, inclusive como agradecimento, que um piloto não protagoniza sem a sua equipe. Os funcionários da Comarca de Itaí, preparados e dedicados, possibilitaram a minha realização pessoal e profissional.

Na próxima viagem, enquanto todos dormem, certamente pensarei orgulhoso: também tenho uma ótima equipe, sou protagonista e piloto em céu azul de brigadeiro."



Juiz, agente da segurança jurídica e da paz social

"No mês de janeiro, assumi duas varas do Interior do Estado, em Pirassununga, e as impressões do primeiro encontro com os jurisdicionados, incumbida da função de juíza, revelam peculiaridades a serem consideradas no âmbito cível e penal.

As partes, ao chegarem audiência cível, demonstram em seu olhar uma grande insegurança em relação ao rumo que aquele conflito de interesses irá tomar. insegurança é agravada diante do cenário apresentado pela opinião pública, no qual o Poder Judiciário sofre críticas ferrenhas. Desta maneira, o que as partes mais buscam naquele momento é o comprometimento do juiz, que deve demonstrar a sensibilidade necessária, o conhecimento do processo e uma vontade muito grande de solucionar aquela lide. No decorrer da audiência, esse olhar de desconfiança vai se transformando em um olhar de esperança. Aos poucos, o magistrado vai ganhando a confiança dos litigantes por meio da condução dos trabalhos com empenho, ao empreender todos os esforcos para que, ao final, a norma concreta seja elaborada à luz do Direito e da Constituição da República.

As partes buscam, ainda, logo no início dos trabalhos, a cordialidade do magistrado, que ao cumprimentá-las com um simples boa tarde e olhar a todos que ali compareceram e trouxeram seus anseios, esperanças e angústias, já demonstra, naquele simples gesto, que objetiva tratar aquele momento como um momento único e não apenas mais um processo existente numa pilha de diversos outros.

No âmbito penal existem especificidades acerca das primeiras impressões obtidas por esta magistrada. Pode-se observar no réu, muitas vezes, um olhar



desprovido de autoestima, uma postura curvada e um medo muito grande do tratamento ao qual será submetido diante do crime que está sendo processado. Nesse contexto, deve sempre lembrar o julgador que as provas a serem buscadas serão somente as provenientes de dúvidas obtidas no decorrer da instrução. Não somos promotores nem defensores, somos os juízes do processo e, portanto, não podemos, de forma alguma, agir no sentido de acusar ou defender, mas avaliar a verdade material contida nos autos. Investidos da judicatura, até mesmo diante de um crime extremamente grave, temos o dever de assegurar todas as garantias ao réu, conduzindo com respeito a audiência, pois o grande poder conferido pela Carta da República é o poder de decidir em observância ao princípio do livre convencimento motivado e será nesse momento que a pena do réu será evidenciada diante das provas angariadas. Portanto, o que o réu teme não é a condenação balizada conforme as leis penais, mas a punição moral, a perda de garantias constitucionais e a ausência de respeito por parte das instituições diante da conduta realizada em dissonância com a paz social.

Conclui-se que o jurisdicionado



observa durante todo o ato processual a postura do juiz que irá julgar a sua causa e diante de uma conduta ética e diligente a consequência maior será conferir a tranquilidade de que a solução será amplamente condizente com o Estado Democrático de Direito e, obviamente, ao ganhar a confiança da população, todo o Poder Judiciário ficará mais fortalecido."

Ao pé da alta escada do Direito

"Após um mês de exercício efetivo da Magistratura, em Botucatu, alguns sentimentos se fizeram muito presentes, dentre eles a satisfação e a angústia.

Primeiro vamos falar da satisfação, pois sendo esse sentimento doce, certamente, preparará o paladar para o enfretamento do segundo.

Não há como negar que, após anos de dedicação, ao sentar naquela cadeira senti-me satisfeito e orgulhoso. Destaco que não foi uma satisfação vulgar ou árida, daquelas que experimentamos passageiramente e que não decorrem de alguma virtude, como, por exemplo, aquela que experimentamos ao adquirir um desejado objeto. Não! Ao contrário, foi uma satisfação pura de saber que, a despeito de tudo dizer o contrário eu estava certo; eu estava naquele momento, no lugar certo.

Menor não foi o orgulho. Aliás, acredito que ele veio na justa proporção de grandeza das desilusões outrora enfrentadas.

Mas, alguém pode perguntar-se, isso não se dera na posse? Bem, no meu caso não. Acredito que somente quem enfrenta as trincheiras sente-se, de fato, soldado.

Superada essa primeira fase, pude dar início ao reconhecimento do terreno. Apesar de enxuta a designação, fora ela suficiente para me despertar o segundo sentimento destacado, a angústia.

Quanto trabalho, não? No mesmo minuto, matérias que outrora estavam estanques em seus açudes academicamente preparados, passaram a se colocar

simultaneamente à minha vista. Pessoas passaram a me fazer perguntas, como se as fizessem a um oráculo que tudo sabe.

Além disso, não há como se esquecer que, do outro lado da folha ou, agora, da tela, existe alguém aguardando, impacientemente e com toda razão, a minha decisão. Mais do que isso, existe um órgão aquardando uma enxurrada de decisões capazes de saciar as metas. Quantos desafios! desse Diante cenário, fiz-me, dentre muitas outras, as seguintes perguntas. Como conciliar o que parece inconciliável? Como ser rápido e criterioso? Mais ainda, como ser efetivo? Como?

Neste momento, consegui observar o exato ponto da montanha que estava e ainda estou. Para minha surpresa, a despeito de acreditar, até bem pouco tempo atrás, que estava no topo, eu não estava ou não estou. De fato, já é bem alto, contudo existe um bom percurso para percorrer.

Existe um novo desafio no horizonte, melhor ainda, um novo desafio e um novo horizonte, que é ainda mais provocante que o anterior. Espero que, mais uma vez, ao chegar no ponto onde julgo ser o cume da montanha, eu me depare com o mesmo sentimento de satisfação e orgulho que senti ao aqui chegar, e espero, sinceramente, que mais uma vez eu perceba que lá ainda não é o cume."





Os riscos da exposição de dados na internet e a responsabilidade sobre a própria segurança

litigantes buscam Justiça brasileira com pretensão que os principais sites de busca da Internet façam o bloqueio de informações pessoais divulgadas na rede. A quantidade impressiona, porque principalmente, popularização das ferramentas de relacionamento virtual provoca muita polêmica com relação aos limites de privacidade e o direito à liberdade de expressão.

Nesse meio informal, uma frase mal colocada ou uma imagem comprometedora pode milhares de disseminada para pessoas rapidamente. No caso dos magistrados, cujo pressuposto inicial para investidura no cargo é a reputação ilibada, esses requisitos se tornam ainda mais importantes: é necessário que os antecedentes profissionais e pessoais para o cargo sejam íntegros, sem rasuras ou manchas na vida pessoal.

Para o juiz assessor da presidência do Tribunal de Justiça paulista, Fernando Antonio Tasso, é preciso ficar atento à vulnerabilidade da Internet em relação à privacidade de dados e como se prevenir. "Esse é um tema muito recorrente, principalmente com aprovação do Marco Civil de 2014, que trouxe o assunto como um *Trending Topic*, algo da moda, e mais ainda quando é crescente o número de pessoas públicas com perfis em redes sociais.

Esses sites possuem politica de privacidade, com possibilidade de delimitar o perfil e o grau de sigilo da informação que se publica. É preciso conscientizar os usuários que os principais responsáveis pela publicação dos dados são eles mesmos", diz.

Fernando Tasso também fala sobre um pedido que vem se tornando muito recorrente Judiciário: o bloqueio de pesquisa de informações pessoais sobre magistrados pelo Google. "Recebemos alguns pedidos desse que interviéssemos tipo, para junto ao site de buscas para que fossem retiradas da rede dados de referências, matérias publicadas por juízes ou informações que os mesmos colocam na rede. No Brasil, temos dois casos emblemáticos. Um pela garantia do direito ao esquecimento e outro, não. O viés que se dá é mais de que a pessoa é responsável por sua privacidade de dados e o direito de esquecimento não pode se sobrepor ao direito de informação", conclui.

A simplicidade para ingressar no WhatsApp, cadastrando um número telefônico para troca de mensagens e criação de grupos, proporcionou que o meio se desenvolvesse rapidamente. Mas de quem é a culpa pela proliferação de informações falsas ou vazamentos de vídeos íntimos no aplicativo? (muitos acham que não são culpados por repassálos, por não serem os responsáveis pela gravação do material). O coordenador da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), Edivaldo Sartor, atenta para a cautela no compartilhamento de fotos, vídeos e publicação de comentários íntimos e esclarece que, nesse meio, crimes contra a honra, vazamento de dados e violação à privacidade são muito comuns. "Não tem uma regra de ouro, mas é importante colocar nas redes sociais apenas o que você tem coragem de falar em público. Nesse mundo digital em que vivemos, não existe arrependimento. É preciso ficar atento."

Ele também fala sobre os cuidados para não misturar a vida pessoal com a profissional na rede. "Cuidado



com o que se defende ou critica nas redes sociais e o principal: nunca expor informações corporativas. Dependendo da forma como é feito, pode ser encarado como

um posicionamento do setor em que trabalha ou até, da própria instituição."

Portanto, é importante pontuar alguns tópicos:

- Conscientize-se sobre o que ou quem é atingido com seus posicionamentos; chefes, subordinados ou clientes podem ler o que você postou.
- Tenha em mente que a internet é um ambiente público e a repercussão é rápida e abrangente.
- Não se comprometa com assuntos que não são de sua responsabilidade.
- As redes sociais têm a capacidade de

conferir notoriedade e visibilidade, transformando em vilão ou mocinho mesmo quem não é figura pública.

> Texto: Ana Claudia Genaro Fotos: Antonio Carreta





Memória

No mês de agosto, de forma trágica, no bairro do Morumbi, perdemos um membro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

André Ribas deixou esposa, filha, família e amigos na Comarca de Itapecerica da Serra.

Era escrevente técnico judiciário na 2ª Vara Judicial, e com o seu jeito envolvente, simples e alegre de ser conquistou a amizade e atenção de todos no fórum.

De acordo com reportagem do jornal

Agora, o boletim de ocorrência registra que André parou seu carro próximo ao Shopping Jardim Sul por volta de 20 horas. Ao descer do carro, foi abordado por dois homens que anunciaram o roubo. Segundo a polícia, os assaltantes atiraram em André, reviraram o veículo e fugiram sem o carro.

O Tribunal de Justiça se une a seus colegas que escreveram esta mensagem:

A Família Forense de Itapecerica da Serra, condoída, presta homenagem póstuma a ANDRÉ RIBAS. Amigo, companheiro, comprometido, ajudador, alegre, cujos adjetivos o diferiam de outras pessoas.

Sem qualquer reação, teve a vida ceifada em 14/8/15.
Estará ausente sua pessoa, mas presentes as marcas indeléveis de sua bondade, alegria e humor contagiante.

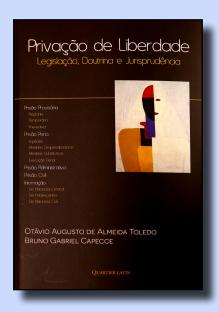
Que a Divina Providência em seus inescrutáveis desígnios nos conforte e à família golpeada com tão precoce perda.





Leitura jurídica







A participação do trabalhador na gestão da empresa – Ano 14 – nº 3 – Setembro 2014 (Revista da Escola Paulista da Magistratura)

A tese está dividida em cinco partes: introdução, um esboço de uma teoria geral da cogestão, a cogestão na Alemanha e na Espanha, a legislação brasileira sobre a matéria, e uma conclusão. As cinco partes estão subdivididas em capítulos. Na primeira parte, uma introdução revela o propósito do autor: desenvolver um estudo para demostrar que a cogestão é uma exigência da moderna teoria democrática, baseada na condição natural, caracterizada pela liberdade; e a cogestão pode ser alcançada no capitalismo, sem revolução. Na segunda, é esboçada uma teoria geral da cogestão na empresa. Na terceira, é considerada a legislação alemã, pioneira e melhor modelo, e a legislação espanhola. Na quarta, o objetivo é verificar como a matéria tem sido tratada pelo direito brasileiro e a quinta e última enfatiza a necessidade de democracia, não apenas na sociedade política, mas também nos grupos sociais menores nos quais o homem vive, principalmente, nas famílias e empresas.

José Roberto Lino Manchado (desembargador do TJSP, integra a 30ª Câmara de Direito Privado)

Privação de Liberdade – Legislação, Doutrina e Jurisprudência – Outono de 2015 (Quartier Latin)

A obra, segundo o prefácio do presidente do TJSP, desembargador José Renato Nalini, "serve de guia para os profissionais do direito e oferece um roteiro para o trato de uma questão séria e recorrente: a irreversível prisão dos infratores. Tema apaixonante, com posições antagônicas muito bem fundamentadas, a retratar uma realidade que não pode deixar de ocupar a mente de quantos queiram um Brasil mais seguro, harmonioso e fruível em suas tantas belezas, das quais não é a menor o poder caminhar com tranquilidade pelas vias públicas, sem receio de ser molestado por violência ou qualquer outro atentado à incolumidade própria ou alheia".

Otávio Augusto de Almeida Toledo (desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, integra a 16ª Câmara de Direito Criminal) e Bruno Gabriel Capecce (assistente jurídico de desembargador da Seção de Direito Criminal do TJSP, professor de Direito Penal e Processo Penal na Escola Superior da Advocacia)

A Intervenção Judicial no Contrato em face do Princípio da Integridade da Prestação e da Cláusula da Boa-fé – Uma nova visão do adimplemento contratual – 2014 (Escola Paulista da Magistratura)

O livro, com apresentação feita pelo presidente da Seção de Direito Privado, desembargador Artur Marques da Silva Filho, vem lançar luz acerca de um tema de inegável importância, dada a sua verificação diária nos Tribunais brasileiros, e que, à falta de disposição legal expressa, exige do Judiciário que se debruce sobre a questão com a atenção e a prudência merecidas. "Rendemos, assim, elevadas homenagens ao autor, pela imprescindível contribuição ao pensamento jurisdicional, a qual certamente servirá de referência às discussões atinentes ao presente tema", ressaltou Artur Marques.

Carlos Alberto Garbi (desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, integra a 10ª Câmara de Direito Privado)



Bem-estar

Cartilha da SAS aborda ética profissional



A Secretaria da Área da Saúde (SAS) recebe cotidianamente sugestões de servidores para implantação de ações voltadas à saúde e ao bem-estar geral em suas respectivas unidades de trabalho.

de Saúde - SAS 1 recebeu sugestão sobre o reflexão e sua aplicação no dia a dia. desenvolvimento de ação voltada à importância do Sensibilizada pelo tema e sua importância, algumas dicas que são tratadas na cartilha:

desenvolveu cartilha informativa contendo dicas de Recentemente, a Diretoria de Assistência e Promoção etiqueta profissional, com a intenção de produzir

Etiqueta profissional é um regramento dos bons respeito no ambiente corporativo, abordando temas costumes com foco nas relações entre as pessoas relacionados à poluição sonora, ética e princípios – superiores e subordinados, público interno e básicos de convivência entre os colaboradores. externo de uma instituição. A Justiça SP destaca

Seja pontual! Respeito aos horários da jornada de trabalho é indispensável. Em situações imprevisíveis, o atraso deverá ser comunicado;

Caso seja necessário criticar ou repreender alguém, sobretudo se for um subordinado, não é adequado que se faça na frente dos outros;

Cumprimente as pessoas. Nada mais antipático do que o profissional que ignora os subordinados e só cumprimenta os superiores;

O asseio e higiene pessoal são determinantes para um bom relacionamento social;

A roupa de trabalho transmite conceitos e códigos de valores da organização;

Uma recomendação muito importante: "Bom dia", "Por favor", "Com licença", "Obrigado" (homem) e "Obrigada" (mulher)... São palavras importantes para o relacionamento diário com os colegas de trabalho e demais pessoas que estejam à sua volta;

Cuide de sua aparência, mantendo-se limpo e livre de odores fortes e indesejados;

Caso utilize redes sociais, todo cuidado é pouco! Seja cauteloso com o conteúdo postado.

Para homens: Roupas tradicionais, utilização de tecidos que melhor se adaptem à região e estilo pessoal;

Para mulheres: Maquiagem deve ser discreta e funcional;

Mantenha seu posto de trabalho organizado;

Desligue o celular ou deixe-o na opção 'silencioso'.

As dicas aqui citadas não têm a pretensão de ser um rol fechado de normas positivas, mas sim, uma referência para que as pessoas coloquem em prática os bons e saudáveis hábitos de convívio social.

Em pleno século XXI, tais atitudes se revelam verdadeiros "diferenciais" para aqueles que prezam a boa imagem profissional e são poderosas aliadas na busca de uma comunicação eficiente, segura e de credibilidade.



A Diretoria de Assistência e Promoção de Saúde – SAS 1 acredita que atitudes simples, por meio da adoção de princípios éticos, são práticas que devem estar presentes em toda e qualquer organização para reforçar comportamentos e construir uma nova sociedade.



Resgate da memória para servir como guia para o presente

ma instituição não é formada por pedra, cimento e títulos honoríficos. Sua importância a sociedade é renovada cada dia pelo trabalho de seus integrantes, esforço que deixa marcas no presente. Marcas que se tornam história. História que servirá de guia e alerta para as futuras gerações e que embasa a confiança depositada nela pelas pessoas. O Tribunal de Justiça de São Paulo tem um rico passado, que está sendo iluminado por iniciativas diversas encorajadas

pelo presidente da Corte, desembargador José Renato Nalini.

"História não é apenas contagem de tempo. Ela deve representar algo, deve emprestar sentidos duradouros à própria instituição, sobre sua importância para a sociedade. Neste sentido, resgatar a memória de uma instituição de justiça é tarefa de extrema importância, não só para preservar seu passado, mas para conferir-lhe sentido no presente", explica Rogério Arantes, professor do departamento de Ciência Política da Universidade

de São Paulo, que estuda instituições políticas e da Justiça.

O projeto Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante é um exemplo. Seu objetivo é resgatar modelos de profissionalismo, ética e retidão deixados por aqueles que passaram pelo TJSP. Em cada evento, um orador é encarregado de lembrar a vida e a carreira do homenageado, ressaltando aqueles pontos que julga serem os mais relevantes para as atuais gerações. Em 2015, foram realizadas edições em





memória de, entre outras, figuras como o presidente Bruno Affonso de André, feita pelo ministro Sidnei Beneti, o juiz Romeu Coltro pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, desembargador Antonio Carlos Mathias Coltro, e o desembargador Lauro Malheiros, pelo desembargador Antonio Carlos Malheiros.

"Nos eventos da Agenda 150 Anos, percebo que somos anões nos ombros dos gigantes que nos precederam", disse Nalini durante a homenagem ao presidente Nelson Pinheiro Franco. O projeto é coordenado pelo desembargador Ricardo Henry Marques Dip: "O propósito do Tribunal não é só



passar em revista dados biográficos, mas relatar acontecimentos na vida do homenageado, aqueles que são importantes para marcar o temperamento, o caráter e a cultura dessas grandes personalidades", disse ele durante o evento em memória do desembargador José Fraga Teixeira de Carvalho.

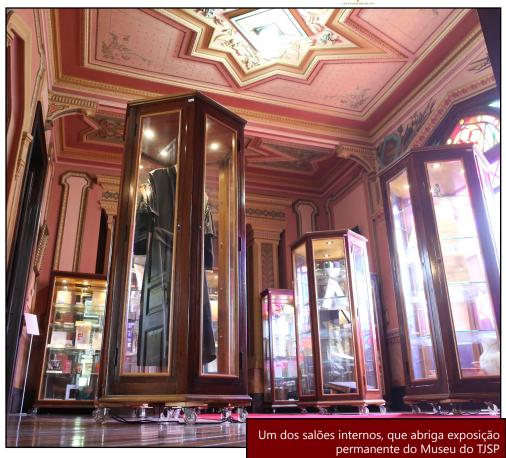
Em tempos de crise, a sociedade se volta para suas instituições centenárias em busca de sentido e segurança. Estar a par das dificuldades que já foram superadas em outros tempos pode servir como fonte de esperança. "A confiança do público pelo papel desempenhado pela instituição ao longo do tempo. Não é algo que se conquista apenas no presente, por melhor que sejam as suas lideranças de momento. Conhecer seus percalços anteriores, mas também o papel que cumpriu na estruturação da própria sociedade que temos hoje é algo muito importante para a construção dos vínculos de confiança", ponderou o professor Rogério Arantes.

O Museu do Tribunal de Justiça é

outro encarregado de manter viva a história do TJSP. Localizado na Rua Conde de Sarzedas, 100, Sé, seu objetivo é preservar e divulgar os elementos materiais relacionados à vida e às tradições do Poder Judiciário paulista. Criado pela Portaria 2815/95, foi inaugurado em 1º de fevereiro de 1995. Outra de suas funções é realizar o levantamento de todo acervo histórico existente no Estado de São Paulo, a fim de







O Museu do Tribunal é sediado no Palacete Conde de Sarzedas desde 2007, onde mantém suas coleções permanentes, além dois núcleos de exposições localizados no Palácio da Justiça: a "Sala Desembargador Emeric Levai" e o "Espaço Cultural Poeta Paulo Bomfim". O órgão também realiza exposições temporárias itinerantes no "Salão dos Passos Perdidos", na entrada do Palácio da Justica.

Mas o cuidado do TJSP com a preservação da história não para por aí. O Tribunal mantém setores de preservação de documentos, possui bibliotecas, arquivos diversos e outros tipos de acervos. Tudo isso para que seus magistrados e servidores possam continuar alicerçando os pilares do futuro.

> Texto: Guilherme Amorim Fotos: Antonio Carreta, Ricardo Lou e Internet

designar locais adequados à sua exposição, bem como proceder necessária catalogação preservação. "A história é uma dimensão importante para todas as instituições. Pode-se mesmo dizer que é parte constitutiva da definição de instituição. É difícil imaginar uma instituição sem história, de tal modo que as mais novas se ressentem dessa condição, isto é, da falta de história. Com a Justiça não é diferente. E me parece uma grande vantagem no Brasil o fato de termos instituições judiciais que remontam aos primórdios de nossa formação política e institucional", afirmou Rogério Arantes.

A Corte bandeirante nasceu com a implantação do "Tribunal da Relação", em 1874, na então província de São Paulo. Pela montagem de núcleos permanentes e exposições temporárias, o Museu cumpre a importante missão de manter para as novas gerações a história e os objetos ligados à evolução do Judiciário paulista, com destaque aos eminentes magistrados do passado que marcaram época.

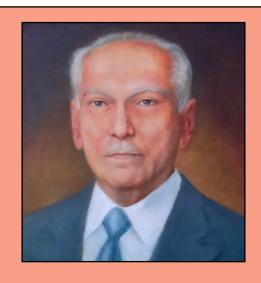


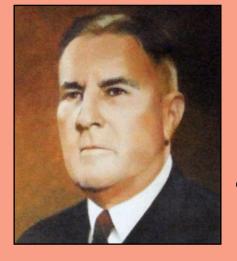


Quando se visita um prédio forense, passa despercebido quem foi aquela pessoa que teve seu nome escolhido para denominar a edificação. Que especial trajetória marcou a cidade a ponto de se perpetuar na história local? Por essa razão, desde o ano passado, foi instituído o "Dia do Patrono" pela Presidência do TJSP, por meio da Portaria nº 9.023/14. Inserida na "Agenda 150 anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante", a iniciativa tem o objetivo de homenagear as personalidades que dão nome ao espaço predial forense, na data de seu nascimento.

Confira alguns patronos homenageados

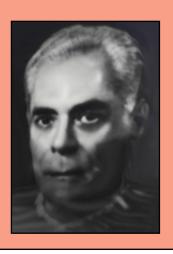
No dia 6/8 foi realizada a cerimônia do Dia do Patrono do fórum de Orlândia, Antonio de Quadros. Ele nasceu em Capivari em 1884 e foi um dos construtores do Hospital Beneficente Santo Antônio e da Igreja São José, sendo também um dos fundadores e diretor do Asilo São Vicente de Paula. Ele era considerado chefe de família exemplar, homem de incomparável personalidade e de fino trato. Sempre estendeu as mãos aos necessitados, lutou com verdadeiro fervor pelos que tinham sede de Justiça e necessidade de auxílio. Faleceu em 1971.





A homenagem ao patrono, José Adriano Marrey Júnior, foi realizada no dia 7/8, em Mairiporã. O mineiro José Adriano Marrey Júnior é considerado político destemido e criminalista notável. Seu pioneirismo ficou patente nos projetos que desenvolveu. As primeiras leis paulistas de acidentes de trabalho, por exemplo, são de sua autoria. Atuou também em favor da infância e dos menores abandonados – o que acabou resultando na criação do Juizado de Menores de São Paulo. Os direitos civis das mulheres casadas, a proteção às vítimas de delitos e o apoio a egressos das penitenciárias foram outros dos temas pelos quais Marrey Jr. lutou. Faleceu aos 80 anos, em 1965.

A Comarca de Iguape festejou no dia 14/8 o patronato do desembargador João Marcelino Gonzaga. O homenageado nasceu em Iguape, em agosto de 1892, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo - turma de 1914, foi delegado em Itacaré e advogado em Taquaritinga. Iniciou na Magistratura como juiz substituto em Campinas (1923), depois passou por São Paulo, Apiaí, Pirajuí, Mogi Mirim e voltou para São Paulo para ser juiz da 7ª Vara Cível, sendo, quatro anos depois, promovido a desembargador. Foi ainda vice-presidente e presidente do TJSP. Aposentou-se em de 1961 e faleceu em março de 1986.









Justiça SP - Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com periodicidade trimestral

Corpo Diretivo

Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini Juiz Substituto em 2º Grau – Antonio Carlos Alves Braga Júnior Juiz Assessor da Presidência – Ricardo Felício Scaff

Jornalista Responsável

Rosangela Sanches

Corpo Editorial

Rosangela Sanches Maria Cecília Abatti Souza Cruz Liene Dias Vicente Alexandre de Lima Marcusso Dicler Rodrigues Antonio

Corpo Técnico

Editor

Dicler Rodrigues Antonio

Reportagem

Ana Claudia Guerra Brasileiro Genaro

Dicler Rodrigues Antonio

Erorci Santana

Guilherme Fujimoto Amorim

Liene Dias Vicente

Rômulo Saulo de Oliveira Pordeus

Rosangela Sanches

Fotografia

Antonio Carlos Carreta

Gedeão Dias da Silva

Ricardo Braga Lou

Editoração Gráfica

Dicler Rodrigues Antonio

Mario Cesar Silva

<u>Revisão</u>

Denis Cassettari

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo Presidente

Desembargador José Renato Nalini

Vice-Presidente

Desembargador Eros Piceli

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Hamilton Elliot Akel

Decano

Sérgio Jacinto Guerrieri Rezende

Presidente da Seção de Direito Privado

Desembargador Artur Marques da Silva Filho

Presidente da Seção de Direito Criminal

Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco

Presidente da Seção de Direito Público

Desembargador Ricardo Mair Anafe

Apoio técnico

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Fotos: Capa (Antonio Carreta); Seção Imagens (Antonio Carreta); matérias: *Como os dois países tratam seus presos* (www.jornalitanews.com.br), *Homenagem a André Ribas* (www.zcache.com.br), *TJSP ilumina o passado da Justiça* (Renato Wrobel - ADPF); ilustração matéria Seção Bem-estar (Mário César Silva)

Produzida por:

Secretaria da Presidência

Secretária Claudia Regina Busoli Braccio Franco Martins

SPr 6 - Diretoria de Comunicação Social

Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212

Telefones: (11) 3104-9255 e 3241-4007 – imprensatj@tjsp.jus.br